REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 2021

ATA N.º 3

Aos dezassete dias do mês de março de dois mil e vinte um, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira, no pequeno auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, em reunião extraordinária.

Estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros:

José Gabriel do Álamo Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Tibério Manuel Faria Dinis – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Paulo Manuel Ávila Messias – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

João Luís Sanchez dos Santos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Tânia Gil da Rocha Lemos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Luis Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Elmano Manuel Vieira Nunes - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Valter Manuel Linhares Peres - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Paulo Manuel Martins Luís - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Rómulo Ficher Correia – Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã

Miguel Reis Sousa – Representante do Governo Regional

Rodrigo Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues – Representante da Câmara do Comércio

José Manuel Ferreira Pimentel Dias – Representante da UGT

Vitor Silva – Representante da CGTP

José António Sozinho Azevedo – Representante da Associação Agrícola da Ilha Terceira

João Manuel Batista Reis Canedo – Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Raquel Gomes Caetano Ferreira – Representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género.

Compareceram os seguintes deputados:

Andreia Costa e **Rodolfo Franca** do Partido Socialista

Ruí Espínola e **Vânia Ferreira** do Partido Social Democrata

O Presidente da Mesa, saudou todos os presentes, referindo que o motivo da reunião se prendia com o ponto único da convocatória - ***emissão de parecer sobre "Proposta de Orientações de Médio Prazo 2021-2024 e Proposta do Plano Regional Anual para 2021"*** - entretanto remetido pela comissão da Assembleia Legislativa Regional, disse estarem abertos os trabalhos, e que os conselheiros que quisessem inscrever-se para uso da palavra o fizessem perante a mesa.

Conselheiro **Pimentel Dias**: No que respeita às Orientações a Médio Prazo, 2021-2024, a UGT propugna, mais e melhor democracia, mais e melhor desenvolvimento económico, melhor mais racional e eficaz utilização dos fundos comunitários, mais e melhor acompanhamento e fiscalização na aplicação dos fundo comunitários, mais e melhor formação e qualificação profissional inicial contínua dos jovens e dos trabalhadores em geral, mais e melhor justiça e solidariedade social, mais e melhor administração pública, mais e melhor sector público empresarial regional. As orientações a médio prazo vão de encontro às propostas feitas pela UGT-Açores, merece a concordância genérica, daquele órgão sindical , devido à mudança de paradigma económico de consonância com a aposta na economia verde, do mar, da transição digital, sem esquecer na aposta no desenvolvimento económico assente na produção de bens transacionáveis e de valor acrescentado.

Todavia, as orientações a médio prazo, é um documento de alguma forma incompleto e até mesmo evasivo, na medida que da sua leitura não se consegue ao certo saber quais são os valores que encontram já afetos a compromissos plurianuais anteriormente assumidos, desconhecendo-se assim quais os montantes efetivamente disponíveis para o desejado desenvolvimento económico e social em cada ano. Fica assim a proposta da UGT-Açores, de revisão, no sentido de acolher o seu reparo construtivo.

No que diz respeito à proposta do plano e orçamento para 2021, A UGT-Açores, releva positivamente o facto do Governo Regional, pela primeira vez, ter entregue ao Conselho Económico e Social dos Açores a proposta completa de orçamento para 2021.

No que diz respeito à coesão e igualdade de oportunidades, falaram da solidariedade social, neste domínio é essencial manter e até aprofundar as medidas de apoio ao emprego e à salvaguarda do rendimento dos trabalhadores e suas famílias, preconiza-se uma política de cooperação mais ativa com as IPPS/ Misericórdias.

No que toca à igualdade e inclusão social e combate à pobreza, é preciso investir e inverter o ranking em que a região se encontra nestes domínios. As medidas propostas parecem ir no bom encaminhamento,

Depois falaram na habitação, educação, saúde e juventude. No que diz respeito à saúde, propugnaram uma valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores da saúde, a começar

pela aplicação e implementação dos acordos de carreiras dos trabalhadores dos hospitais com a região com contratos individuais de trabalho, celebrados com os sindicatos do sector no anterior governo.

No que diz respeito a uma governação ao serviço das pessoas próxima e transparente, a UGT reivindica maior atenção do Governo Regional na reforma e modernização na administração pública. Por outro lado, exorta para a necessidade imperiosa de cumprimento dos procedimentos e prazos do sistema de avaliação no âmbito do SIADRAPA. Tendo o processo de regularização de vínculos precários ter sido lançado pelo anterior governo, constataram não estar ainda concluído, pelo que é preciso dar andamento a esta situação.

A UGT-Açores advoga o reforço da atividade das inspeções regionais do trabalho e segurança social como forma de combater os abusos no trabalho.

Por último, advogam que os dirigentes de topo da administração pública sejam recrutados exclusivamente por concurso.

Para terminar, uma abordagem genérica ao Orçamento da Região para 2021, de referir que a dotação do Plano corresponde a cerca de 58,72% da dotação global prevista no orçamento para 2021, que ascende a 1 604, 6 milhões de euros que se traduz num aumento de 2058%.

Terminou, entregando à mesa os pareceres emitidos pela entidade que representa.

Conselheiro **José Gabriel de Meneses** , começou por referir que esperava um maior entusiasmo para se pronunciarem sobre o documento, até porque esta era a segunda reunião, portanto as pessoas já tinham tido tempo suficiente para ver e conhecer o documento. Depois há uma tradição que o Conselho de Ilha tem tido de se ser reivindicativo e de olhar para os documentos com alguma profundidade e crê que não se deve perder essa tradição de devem ficar todos calados a olhar para isto.

Pensava que o documento fosse bastante diferente daquilo que ele é, e havendo uma mudança de ciclo político, havendo um governo com outra orientação esperar-se-ia outra orientação. Na verdade crê que o que Conselho de Ilha da Terceira tem vindo a dizer nos últimos anos , sobre várias formas e aqui pedia particular ênfase aqueles que no passado estavam aqui muito ativamente a criticar o plano, a verdade é que as coisas continuam mais ou menos na mesma , não há grande mudança de paradigma, antes pelo contrário, o que há é um acentuar de algumas tendências e não lhe parece que o Conselho de Ilha possa olhar para o plano apresentado e não dizer isso mesmo, ou seja, aquilo que se disse no passado, julga que se deverá continuar a dize-lo e manter a posição e não é por o governo ter mudado que o Conselho de Ilha deve mudar de opinião.

Há outra questão que também lhe parecer importante que é um crescimento espantoso da despesa com a SATA. A Sata é neste momento, do ponto de vista do investimento, maior Ilha, o que é algo que o Conselho de Ilha deveria olhar para isto, até porque, ao longo dos anos, o serviço, que se obteve, e aqui tem que se distinguir nas Satas, a Sata Internacional , Sata Air Açores, e ao voos que tivemos para o exterior nunca foram os melhores, sempre tiveram uma posição residual na Ilha e se esta despesa foi feita não foi no nosso aeroporto, porque a Sata se “desgraçou” para usar

a expressão popular. Por isso acha estarem todos a pagar isto é pagar muito por um serviço que tem o histórico que tem e as contingências que tem é algo que também deve ser objeto de reflexão pelo Conselho de Ilha. Posto isso, diria que, se calhar o melhor é irem aos pareceres que se deu em situações anteriores e fazer-se uma cópia e dizer-se que mantemos o parecer anterior. Já se fez isso um par de vezes e acha que não deve ser diferente só porque o Governo mudou.

Conselheiro **Tibério Dinis**, afirmou que também partilha da opinião do Conselheiro Álamo Meneses, esperava também outro entusiasmo na abordagem ao documento e também a sua surpresa relativamente à forma como o documento se posiciona quer relativamente à região quer relativamente à Ilha. Quanto ao que compete ao Conselho de Ilha da Terceira, da análise aos investimentos e da abordagem para a Ilha Terceira, julga que se deve seguir os pareceres dos anos anteriores, aquilo que era um conjunto de reivindicações que estão patentes. É claro e objetivo que é um conjunto de reivindicações que continuam a não ter expressão prática no Plano e Orçamento mas há também um conjunto de questões que desaparecem do Plano e Orçamento. Relativamente à Praia da Vitória, sendo mais específico, de novo, há um investimento num Caminho do Porto Martins, 110.000 euros. É inscrito uma verba de 50.000 euros para o Centro Interpretativo da Base das Lajes, que deve ser para desencadear o início do projeto e mais nada de novo, relativamente à Praia da Vitória.

O que desaparece:

- A cooperação com a Academia das Artes da Ilha Terceira, investimento da área juvenil e cultural.

- Não há qualquer investimento na área social no Concelho da Praia da Vitória é nos últimos anos a primeira vez que se recorda de não haver um único investimento na área Social no Concelho, nem uma creche, nem uma residencial para idosos, nem um investimento numa IPSS, não se recorda de nos últimos anos, de não haver qualquer investimento na área social no Concelho da Praia da Vitória,

- Há um desinvestimento no Porto da Praia da Vitória, comparativamente ao ano passado,

- O Terceira Tech Island desaparece nesse nome, o que tem suscitado algumas intervenções públicas nos últimos dias.

A única coisa que consegue achar, no Plano e Orçamento, com muita dificuldade, é a reabilitação da escola americana e dos bairros, Nascer e Pôr do Sol, que estão denominados como parque tecnológico, ninguém sabe do que se trata, nunca foi explicado, o que vai ser esse Parque Tecnológico., há uma mudança do conceito, não há?

Quanto à formação ela desaparece, aquilo que foi dito pelo Senhor Secretário, publicamente, é que vai ser feita uma formação, que é manifestamente pouco para aquilo que era habitual e portanto, não há todos os intervenientes, quer dos formandos, quer dos atuais empregadores, quer também dos senhorios, qualquer mensagem ou qualquer orientação do que é que será o futuro. A Câmara Municipal é que está a assumir, com fundos próprios, os arrendamentos desde o início do ano, para as empresas não serem despejadas, nem os programadores seniores. Aguardando também um desfecho sobre esse assunto.

Deu nota também que não haver qualquer referência a um investimento que é a intervenção no Bairro Americano de Santa Rita. Este ano seria o de participação do Governo Regional, não está descrito especificamente e certamente não é nas verbas genéricas da habitação que conseguirá encontrar um valor para essa matéria.

Genericamente aquilo que eram as reivindicações no passado continuam por responder e respostas que antes estavam no plano desaparecem, isso naquilo que concerne ao Concelho da Praia da Vitória.

Conselheiro **Rodrigo Rodrigues,** tentando ser sucinto**,** de uma forma geral o plano, como todos, tem coisas boas e más, e antes de entrar nas questões de ilha propriamente ditas, partilhou algumas questões, desde logo, o Conselheiro Tibério Dinis, também já mencionou, há muita falta de detalhe ou capacidade de se chegar ao detalhe, quem conhece as preocupações e as questões que têm sido reivindicadas estes anos todos em pormenor, principalmente os autarcas , que as conhecem bem, realmente falta alguns detalhes, que dificulta muito o tipo de parecer quando se chega aquilo que interessa à ilha. Em contraponto a essa dificuldade, não é dito mas ouviu, o Senhor Secretário das finanças, em plenário dizer que cada um dos programas tinha mais flexibilidade dentro de cada secretaria, foi isso que interpretou, e portanto permitiria mais transferências de verbas dentro de Secretarias. Desconhece se resolve essa falta de detalha e de especificação de verbas. Tem algumas dúvidas.

Depois há outra preocupação, que é a mudança de paradigma, quando há uma alteração a nível governamental. Depois de tantos anos há uma expetativa, quer das pessoas que apoiam e que não apoiam, dessa mudança de paradigma, podendo dar-se uma tolerância pela falta de tempo, que não pode tolerar tudo. Há de facto uma não alteração do paradigma este orçamento é o maior de sempre são cerca de 1 900 milhões de euros e continuamos a ter uma despesa corrente superior à despesa de Plano. Isto é um paradigma que nos deve fazer pensar principalmente quando entramos em nova discussão parlamentar para a reforma da autonomia.

De positivo, encontra-se plasmado no Plano e Orçamento, uma reivindicativa antiga das Câmaras do Comércio, que tem a ver com a redução fiscal para níveis máximos, neste caso, permitidos pela Lei das Finanças Regionais, embora em 2021 ainda não haja grande impacto, mas a ser implementado, é para a Câmara do Comércio, positivo.

Em termos de orçamento geral e falando muito em concreto das empresas, e depois de ver o plano de resiliência somado às receitas que já eram normais no Orçamento, vê-se um valor extremamente baixo, quer para recapitalização das empresas do valor de 15 milhões, falando em termos gerais. Olhando para a realidade da Ilha Terceira, a Aerogare Civil das Lajes não se compreende a alteração em termos orgânicos, passar da Direção Regional dos Transportes para a Vice-Presidência do Governo, sem que isso tenha alguma estratégia concreta, que não nos foi dado a conhecer. Defendem uma privatização da gestão da aerogare civil das lajes.

No que se refere ao Porto da Praia da Vitória, nada é dito. No ano passado a Câmara do comércio reuniu com o Governo Regional e estiveram de acordo com o governo quanto ao adiamento

pontual, derivado ao Covid e as grandes dificuldades internacionais do próprio mercado de transporte de mercadorias vivia, do concurso público internacional, pelo que julgam que estava na altura de se proceder em conformidade.

Relativamente à requalificação dos percursos pedestres, havia valores em 2020 e 2019, sendo que neste plano não se percebe o que está previsto, falta de detalhe.

O Centro de interpretação do Algar do Carvão, tem de facto 50 mil euros, quando em 2020 tinha 1 milhão e 2019 600 mil e nada foi feito, pelo que não se percebe se os 50 mil euros são para fazer um novo projeto ou se é para a primeira adjudicação. Não está claro!

O Conselheiro **João Manuel Canedo,** gostaria de relembrar que a nível das IPSS, já andam a reinventar-se desde 2013, que alterou o paradigma, das IPSS antes eram completamente dependentes do Governo Regional através dos acordos que havia, apoiavam sim as IPSS e alterou-se, começou-se a apoiar sim os utentes. Obrigou aquelas instituições a ter uma gestão muito mais cuidada e a ter muito mais cuidado naquilo que estavam a fazer no seu trabalho. Isto tudo para algum enquadramento daquilo que vão apresentar a nível do seu parecer , porque é bastante extenso. O que solicitou é que a nível da mesa pudessem compartilhar com todos os conselheiros as suas preocupações, que são bastantes. Estão confinados a nivel das ERPIS, desde 15 de março de 2020, não tendo nenhuma luz ao fundo do túnel . Já têm os idosos todos vacinados. Continuam a crer que os idosos possam ir às consultas ao hospital e que ao regressarem à instituição e tenham que ficar em isolamento, por acharem que é uma falta de humanismo que existe com os utentes. Gostariam que os pudessem ajudar nesse sentido, apelando às forças políticas presentes, para que possa haver uma compreensão para com aqueles com quem trabalham.

Quanto ao orçamento, é importante que, e aceitam o que tem dito o sr. Vice Presidente, que há um novo paradigma que vão apoiar o idoso em casa é isso que têm feito ultimamente. Nesse novo paradigma querem é que o Governo Regional os veja como parceiros efetivos e que esse trabalho possa ser realizado através IPSS.

Depois de alguns esclarecimentos sobre o funcionamento das IPSS, referiu que também irão apresentar no final da reunião o seu parecer, sobre aquilo que querem para a Ilha Terceira.

Deputada **Andreia Cardoso**, Referiu que obviamente o deputados também têm uma ideia sobre os documentos que estão em análise, que vai muito de encontro ao que já fora dito pelos Presidentes da Câmara de Angra e da Praia da Vitória e da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, designadamente no que diz respeito a investimentos estruturantes, como ub logístico, ou o Cais de Cruzeiros, mas houve uma questão que foi já levantada pelo Presidente da CM da Praia da Vitória e que tem a ver com outros investimentos que são muito relevantes para a Terceira e para os Açores, particularmente no que diz respeito aos investimentos na habitação, na Praia da Vitória. Foi mencionada a questão do bairro Beira-Mar, o mesmo, de acordo com o que foi transmitido pelo Vice-Presidente do Governo em comissão, vai sofrer uma alteração do seu uso, vai destinar-se efetivamente à habitação, pese embora no Plano de Investimento ele seja inscrito como Infraestrutura de Apoio ao Parque Tecnológico, portanto resulta dali uma dúvida sobre qual

o destino que pretende ser dado aquelas infraestruturas, se habitação se de apoio ao parque de habitação pura e dura, se de facto de apoio ao parque tecnológico.

Também lhe parece haver duas omissões, não sabendo se se trata de lapsos efetivamente desconhece se sim se não, e que diz respeito ao Bairro Nossa Senhora de Fátima e à continuidade dos investimentos de renovação daquele parque habitacional. Há uma empreitada que está em curso, brevemente estará concluída, mas há fases subsequentes e naturalmente relevantes para se concluir o processo de reabilitação daquela infraestrutura – Bairro Nossa Senhora de Fátima – que todos conhecem à entrada da Praia da Vitória.

Também em Angra do Heroísmo, o Bairro da Urbanização Terra Chã, também é um investimento que está previsto, foi avançado com a demolição de uma parte importante que permitia avançar com a próxima fase da empreitada e era importante agora voltar a lançar o concurso público, uma vez que o mesmo da última vez não foi possível por desistência do empreiteiro. Estes dois investimentos em termos de habitação são muito importantes e não notou nenhuma referência aos mesmos no documento que tinham em análise.

Deu ainda nota, da ausência de alguns investimentos que são estruturantes e importantes e dos quais não vêm menção, sequer tão pouco referencia a eles e que dá nota de que é um Plano pouco ambicioso, sobretudo para a altura em que se vive, achando que esse aspeto é essencial, mesmo que o Plano fosse igual aos dos anos anteriores, seria igual em termos de conteúdo, ao Plano dos anos anteriores o que de facto é que não se vive o mesmo que se estava a viver em novembro de 2019, quando se aprovou o plano de 2020. Está-se numa altura que é necessário que o estado a nível nacional, e que a região, a nível Regional, assuma um papel preponderante de recuperação, seja das empresas e também de acompanhamento às famílias. Parece-lhes que a desagregação por ilha deixa transparecer alguma falta de cuidado na elaboração dos documentos e a ausência de investimentos que são relevantes e estruturantes para o desenvolvimento da nossa Ilha.

Deputado **Rui Espínola**, alertou o Conselho de Ilha da Terceira de que precisam olhar para o Plano do ponto de vista macro e depois também do ponto de vista à escala de Ilha. Do ponto de vista macro há um conjunto de medidas que estão plasmadas quer no Plano quer no Orçamento têm um impacto direto na Ilha Terceira. No ponto de vista da desagregação espacial, a Terceira tem mais 11% do que tinha no plano do ano passado. É preciso ver também que, desde logo há uma opção política de estímulo à economia e de estímulo à iniciativa privada e também o diferencial fiscal, que é uma opção política que os governos anteriores nunca quiseram implementar, e que tem o objetivo fundamental de estimular a economia e o consumo, logo, essa baixa de impostos, também afetará a diretamente a Ilha Terceira.

Há também uma opção clara, que tem a ver com gestões passadas, e que tem a ver com a questão da Sata, a tal décima ilha, mas essa ilha surgiu, neste momento, derivado ao que aconteceu no passado. E, portanto, é preciso neste momento resolver este problema que são cerca de 140 milhões, que ao injetar-se esse valor na Sata, vamos retirar uma série de investimento que poderia ser feito, e tudo isto tem a ver com gestões passadas, relembrando que é preciso não esquecer isso. E, neste assunto, há duas opções ou salva-se a Sata deixa-se cair a Sata. A opção política do Governo Regional neste momento é salvar e recuperar todo o ativo da Sata. Como medida

inovadora, tem a ver com a questão das tarifas aéreas e do abaixamento das mesmas para os residentes nos Açores, no valor de 60 euros, isso também terá um impacto direto na economia da Ilha Terceira, não será só na economia de São Miguel ou das outras ilhas, também aqui todos beneficiaremos com isso, numa altura extremamente difícil para a nossa economia devido à pandemia que vivemos. E, portanto, uma forma diferente de ver as coisas ousada, porque no passado essa nunca foi a opção e este Governo Regional entende que assim tem de ser.

Ainda na questão do Plano e Orçamento e do ponto de vista Macro, que é preciso fazer face relativamente às dívidas no sector da Saúde. São cerca de 75 milhões de euros que vão só para dívidas a fornecedores. Mais uma vez, isso rera investimento para outras áreas.

Acrescentou ainda, a devolução do IVA e do IRS às Autarquias Locais, que também é um objetivo deste governo e que será concretizado ao longo dos próximos anos.

Relativamente à Aerogare Civil da Lajes, concordam com o que o Presidente da Câmara do Comércio referiu, efetivamente acham que está na altura de dar-se um passo em frente, relativamente à gestão da mesma e isso pode ser um dos entraves, no que se refere ao desenvolvimento desta infraestrutura e à captação de novos voos para a Aerogare Civil das Lajes.

Falou de outros investimentos previstos para a ilha Terceira, a requalificação do Algar do Carvão, os trilhos pedestres na Serra de Santa Barbara, projetos que vêm da anterior legislatura, mas que vão continuar e vão ter aplicabilidade prática. E falou ainda das obras do Porto das Pipas que se encontra no Plano para a Ilha Terceira, pelo que julgam que a Ilha não ficará prejudicada por este Pano e Orçamento, muito pelo contrário.

Conselheiro **Vitor Silva,** em relação à posição da CGTP, vão entregar um parecer à mesa do Conselho de Ilha, de qualquer forma, em relação aquilo que pensam e porque um dos papeis, que o próprio movimento sindical tem é o reivindicativo, consideram que o Conselho de Ilha da Terceira tem de continuar a ser reivindicativo.

Referiu que a “sua energia (do sindicato que representa” está concentrada no crescimento do desemprego, e ele já começa a acontecer. O crescimento do número de inativos é outra situação que os preocupa. O número muito significativo de pessoas em programas, e que a tendência deverá ser a de aumentar. A situação da formação profissional, a saúde e segurança no trabalho e a situação de igualdade de género que tem aumentado significativamente na Região e, portanto, é urgente combater. A somar a isto temos um grande problema que é a precariedade e, portanto, a sua energia, ao longo do tempo vai estar concentrada de facto nestas e noutras situações que, infelizmente, neste plano procurar-se no imediato resolver algumas, mas é preciso fazer mais do que isto, é preciso ter um cuidado estrutural com estas medidas. Depois, uma preocupação na área da pobreza e no combate à exclusão social. O que se vê é que impera uma visão assistencialista e que ignora a pobreza sobre tudo na dimensão do emprego e do desemprego, as ações previstas não tratam o emprego e das causas da pobreza entre os trabalhadores, nomeadamente os baixos salários e a precariedade. Além de adotarem uma respetiva de suspeição para com os titulares e beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ao qual a CGTP não pode concordar. É preciso que as pessoas percebam e que se mentalizem de uma vez por todas nesta região que há muitos

trabalhadores que mesmo trabalhando são pobres e que têm de recorrer ao RSI para sobreviverem. É disso que estão a falar e, portanto, é bom que exista esta noção.

Conselheiro **Valter Peres**, concorda maioritariamente com o que foi dito, é efetivamente um Plano para a Terceira pouco ambicioso, falta algum rigor o que inviabiliza uma análise mais concisa e precisa da parte do Concelho de Ilha, pelo e julga que é importante deixar-se isso claro no parecer que se vai dar.

Julga que, relativamente ao Tech Island deveria ficar claro que se soubesse exatamente quais são as indicações que vão ser dadas, por exemplo, à economia, pelo que na sua opinião, é importante garantir que, de futuro, venha mais detalhado e mais completo para que se possa analisar como deve de ser.

Conselheiro **José Sozinho Azevedo,** concordando com o que já foi falado em termos do Plano Atual e dos anteriores Planos

No programa de recuperação e resiliência existe 60 milhões de euros para infraestruturação de vias e pensam que seria um momento oportuno para colocarem lá as laterais da via Vitorino Nemésio que é um problema para quem transita quer na agricultura quer nos acessos a algumas empresas que fazem a ligação, nas ligações paralelas, e também uma situação de segurança para quem circula na via rápida. Todas a vezes que há chuvas fortes vem a bagacina toda para a via rápida.

Outra situação que não é bem do plano e que é muito cara aqui à Ilha Terceira tendo já sido debatida diversas vezes no Conselho de Ilha, é a situação do custo da carga movimentada no Porto da Praia da Vitória. Já foi publicada a portaria em causa na qual aproximou os custos da carga movimentada aos do Porto de Ponta Delgada, mas o que aconteceu foi que a fatura final, que é passada pela Operterceira, ao consumidor final, às empresas que trabalham no Porto da Praia e também ao cliente que são as empresas mais pequenas que também utilizam tudo o que é mercadorias transitadas no Porto da Praia da Vitória, não tiveram qualquer benesse dada essa situação. Porque a própria Operterceira entendeu que já há muito tempo não atualizava as faturas dos seus clientes e usou da redução que foi feita pelo Governo Regional para atualizar as suas contas internamente. Julga que isto não é legitimo nem pode a Ilha Terceira permitir que isso fique da forma que está. Todo o valor que foi refletido em termos de redução pelo Governo Regional, no Porto da Praia da Vitória, publicado em Portaria, tem que se refletir às empresas que fazem a transação de bens através daquele Porto, só deste modo é que o intuito da redução tem algum impacto na economia da Ilha, senão tem apenas o impacto numa empresa, deixa de ter uma gestão correta passa a ter uma gestão mais alargada porque tem a sua "fatura engordada". Julga que isso tinha de ser denunciado, devendo o Conselho de Ilha se pronunciar, não é bem do plano, mas há que se denunciar a forma como está a trabalhar o Porto da Praia da Vitória, pois assim não funciona.

Conselheiro **Álamo de Meneses –** Entrevei-o para referir duas ou três preocupações; a primeira – voltar a fazer um apelo à coerência, não é porque o governo mudou, que o Conselho de Ilha mudou e as necessidades da Ilha mudaram. São as mesmas pessoas e não devem agora estar a pronunciar-se de forma diferente sobre aquilo que é igual. A segunda – que já foi abordada pelo Conselheiro António Sozinho Azevedo, tem a ver com a questão dos transportes marítimos e uma

problemática que o Conselho vem a discutir há muito tempo que tem uma componente de investimento que se falou também várias vezes, houve a questão da grua que ficou resolvida, mas há outras questões que são conexas com esta que precisam ser resolvidos para dar competitividade ao Porto da Praia da Vitória, porque tem a ver depois com a competitividade de toda a economia da Ilha. Chama a atenção para o facto de reduções que foram feitas em alguns casos há mais de 5 anos nunca se traduziram em quaisquer reduções das taxas feitas pelo Governo em redução para o consumidor final, esse dinheiro acabou distribuído entre os diversos operadores Portuários e transportadores marítimos que ilegitimamente, receberam, se somar-mos tudo nesses anos todos, muitos milhões de euros de dinheiro público que não teve qualquer reflexo sobre a economia da Ilha apesar de ser dito e aplicado pela parte do governo, como sendo um apoio à Terceira já no Plano que vinha da revitalização à conta da Base das Lajes. Portanto esta questão é antiga mas não deve ser esquecida e deve ser colocada no conselho de Ilha; a terceira questão, que não tem muito a ver com o plano, sendo que é um momento certo, para falar sobre ela e tem a ver com a centralização da contratualização de empreitadas e de obras públicas, numa única secretaria em Ponta Delgada. Chamou a atenção para este assunto, por ser um assunto antigo e que já viveu enquanto membro do Governo há muitos anos , era a solução com algumas cambiantes com mais ou menos concentração foi feito durante as duas primeiras décadas de governação regional e um dos governos regionais chegou à conclusão que seria melhor alterar, porque com isto favorece de forma desmesurada um conjunto de empresas que não tem sede nas outra ilhas, tem sede em Ponta Delgada, que vão ficar com a generalidade de empreitadas . Aquela relação com o pequeno e médio empreiteiro, os contratos que são feitos a nível de ilha, porque se tem este conhecimento do mercado das obras públicas vai com certeza sofrer aqui um revés. É certo que os tempos são outros hoje já não se vai entregar papeis em mão que era um dos problemas na altura, como é que se fazia chegar as propostas a tempo, as coisas já são feitas eletronicamente. Percebe que as condições estão alteradas, contudo, isto não explica tudo, e esta é uma matéria de importância para a Economia da Terceira e das outras ilhas todas, e que deve ser colocada porque há de facto na ilha um sector e é um sector que tem maior vitalidade e um contributo importante para a geração de emprego, que pode ter problemas com esta alteração de estratégia. Esta situação deu um debate, talvez em 1998-99, grande e chegou-se à conclusão que era melhor descentralizar., agora pelos vistos está-se a regressar ao passado. Era bom revisitar a razões que estiveram naquela altura em cima da mesa, porque elas com as alterações de duas décadas e meia colocam, ainda continuam a ser válidas.

Conselheiro **Rodrigo Rodrigues**, de facto existe uma empresa única a trabalhar na logística da qual faz parte ainda o Governo Regional através da Portos dos Açores. Foi reduzida a sua participação, julga, de 40 para 20%, mas ainda é acionista em 20% dessa empresa. Depois fazem parte uma série de empresas privadas na área de logística e os próprios transportadores que também são empresa privadas e tem-se esse problema. De facto julga estar na hora de, neste contexto, de facto não é do plano que se está a falar, mas voltando ao tema dos transportes, até porque foi falado no penúltimo conselho de Ilha, foi lançado pela Câmara do Comércio, que tinha a ver com a operacionalidade do Porto da Praia da Vitória, numa época em que durante dois ou três anos, o porto de Ponta Delgada tem impedimentos graves, e que desde logo não permite aquela operação de dois ou três navios no mesmo dia sendo que no momento a Praia da Vitória está já com um navio semanalmente, a vir de Leixões diretamente à Praia. Temos um segundo navio de 15 em 15

dias também a fazer ligações Leixões-Praia, ainda não temos as ligações Lisboa, porque os armadores estão a tentar fugir um pouco, mas sem dúvida que é importante de uma vez por todas ficar resolvida a questão do Porto da Praia da Vitória m termos de competitividade. Não faz sentido que aquele porto seja menos competitivo que outro porto qualquer, não é só o de Ponta Delgada, principalmente quando ao fim de muita reivindicação conseguimos que houvesse, em termos legislativos uniformizados em termos de tabela. Não faz sentido que voltemos a ter o mesmo tipo de problema do ponto de vista de competitividade. Em vez das taxas ficarem na Portos, fiquem numa empresa, privada, mas semiprivada porque a Portos dos Açores também lá faz parte.

Para finalizar, e sendo este o ultimo conselho de Ilha que vai participar, despediu-se de todos os conselheiros, referindo que embora não concorde com este modelo de Conselho de Ilha, desde que fez parte, tentou sempre dar o seu contributo de forma independente, esperando que continuem a reivindicar aquilo que o conselho entender ser benéfico para a Ilha Terceira.

Deputada **Andreia Costa,** referiu-se a uma questão que não foi mencionada e que também lhe parece ser relevante, aliás, porque em torno dela houve já muita discussão e que tem a ver com a radioterapia e com a sua implementação na Ilha Terceira, no hospital de Santo Espírito, no documento não há qualquer menção a este aspeto, mas julga ser relevante que também de aborde até porque já se tem recursos humanos disponíveis para o efeito, pelo que seria importante dar o passo seguinte.

Conselheira **Marília Vargas** – Concorda com o que foi dito pelo Conselheiro Álamo Meneses, deveriam realmente pegar nos pontos que andaram a reivindicar até agora e continuar a trabalhar neles sendo que um deles é relativamente à radioterapia, foi um assunto tão falado e reivindicado no Conselho de Ilha, pelo que realmente estava a estranhar o silêncio relativamente a este assunto e isto também vem de encontro a uma carta de indisponibilidade, que foi bastante polémica nestes últimos dias da ex-diretora clínica Dra Alexandra Freitas que teve oportunidade de ler a carta na integra e um dos pontos ao qual ela refere a sua indisponibilidade é porque durante os quatro meses desde que este governo tomou posse ela nunca conseguiu contatar o senhor Secretário Regional da Saúde e uma das razões é por já terem feito um processo de contratação, que começou em agosto de 2020, de uma médica radio-terapeuta, que está a trabalhar no Hospital, ou seja por várias vezes a diretora clínica tentou marcar uma audiência com o senhor secretário para perceber qual era o plano relativamente a este assunto, e nunca conseguiu. Pelo que julga ser importante perceber qual a estratégia em relação ao assunto, um ponto que o Conselho de Ilha não pode esquecer.

Referiu-se ainda à palavra usada muitas vezes no plano “meritocracia” que é uma palavra que gosta muito e realmente é uma palavra que não se adequa muito à ex-diretora Clínica do hospital, foi uma pessoa que teve de aguentar o barco nesta altura de pandemia, o hospital da Terceira como sabem, começa a retoma em maio de 2020, conseguiu combater os atrasos em listas de espera, conseguiram números relativamente a listas de espera cirúrgicas, listas de espera de consulta externa que foram inéditos no nosso hospital. Disse esperar que esses dados venham a público, esperando que essa palavra “meritocracia”, que tanto se fala neste novo governo, que tenha alguma expressão.

Deputado **Rui Espinola –** Relativamente a algumas questões abordadas por alguns conselheiros, disse que, no que se refere ao Porto da Praia da Vitória, efetivamente é um ativo estratégico da Ilha Terceira e estão todos de acordo que tem de ser potenciado, valorizado, e que tem-se que criar tudo o que for necessário para que o mesmo tenha competitividade a nível Regional, Nacional e se possível Internacional. O que de imediato o Governo Regional fez foi a redução das tarifas no mesmo porto. Mesmo com as reduções ao abrigo do PREIT, o Porto da Praia da Vitória tinha a operação portuária mais cara nos Açores, pelo que logo que tomou posse o Governo Regional, reduziu em cerca de 30% o valor da tarifa de movimentação de cargas , lembrando que, aos sábados, domingos e feriados, descarregar cereais no Porto da Praia da Vitória, era 540% mais caro que no Porto de Ponta Delgada. Houve também uma redução de 15% no movimento de graneios sólidos e ficou igual ao porto de Ponta Delgada para não haver diferentes. Neste primeiro trabalho foi a publicação da Portaria.

Também tiveram conhecimento que os operadores, nomeadamente ao Operterceira, poderia absorver esta redução, o que efetivamente é inadmissível, pelo que são de acordo que o Conselho de Ilha da Terceira se pronuncie sobre essa matéria. Tal redução tem de chegar a consumidor final, tem de chegar na questão dos graneios aos nossos agricultores, à agricultura que precisa disto e, portanto, é um trabalho que se tem de insistir para o Governo Regional resolva este problema.

No que se refere ao processo da radioterapia, lembrou que está nas orientações de médio prazo, a reativação do mesmo na Ilha Terceira, está lá inscrito e é um compromisso do Governo Regional de reativar esse processo na Ilha Terceira ao longo da legislatura, é o que está lá escrito, foi este o compromisso e portanto é o que lá está.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da mesa do Conselho de Ilha, fez os seguintes comentários colaterais, antes de entrar na proposta de comunicado: Agradeceu ao senhor Conselheiro Rodrigo Rodrigues o trabalho que desenvolveu ao longo destes anos em que também foi interveniente, assim como o Conselheiro Paulo Messias, dizendo-lhes que é uma perda para o Conselho de Ilha, dado que era uma pessoa bastante interventiva. Dizer também, em relação a Conselho de Ilha que está de acordo com o senhor Conselheiro Vitor Silva, na sua opinião, o conselho de Ilha tal como está é pouco, deve ser um órgão, na sua opinião, mais presente na vida dos Terceirenses e portanto, deve ser objeto de uma alteração profunda, na sua redação, para que o seu funcionamento possa ser eficaz, 3 vezes por ano é muito pouco e depois, além do mais não há um acompanhamento permanente, porque não há comissões permanentes, nenhuma legislação que permita funcionar desse modo. Dado que este não é a sua última reunião Conselho de Ilha da Terceira, dado que em maio haverá outra, mas fez questão de deixar a sua opinião sobre o funcionamento deste órgão.

Finalmente, referiu que possui duas propostas que foi redigindo no decorrer da reunião, uma é extremamente reduzida, mas que pensa ter ido de encontro a algumas opiniões que foram feitas e que diz o seguinte:

Primeira proposta seria:

"O Conselho de Ilha da Terceira reitera o que disse no comunicado da última reunião onde os Planos e Orçamentos foram apreciados. Considerando que não há grandes modificações dos paradigmas em relação aos documentos apresentados, juntando os pareceres que lhe foram entregues no decurso dos trabalhos, da reunião de hoje dia 5 de abril de 2021".

Basicamente é dizer que as conclusões das reuniões anteriores são idênticas porque há uma série de questões que não foram resolvidas, juntando-se todos os documentos que foram entregues.

A segunda hipótese seria:

"O Conselho de Ilha da Terceira, reunido no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reitera o que disse no Comunicado da última reunião onde os Planos e Orçamentos foram apreciados (16 de outubro de 2019), juntando os pareceres que lhe foram entregues no decurso dos trabalhos da reunião de hoje 5 de abril de 2021.

O conselho de Ilha Considera ainda que da leitura dos documentos em análise é lícito tirar as seguintes conclusões:

1. *Não há grades mudanças de paradigma em relação aos anos anteriores;*
2. *Plano e Orçamento pouco ambiciosos sendo que algumas reivindicações do passado continuam sem respostas;*
3. *Falta detalhar pormenores quanto às verbas para a Ilha Terceira revelando apenas que há poucos investimentos e muitas despesas correntes;*
4. *Como parceiros que devem ser do Governo Regional, as IPSS têm de ser mais ouvidas no tocante aos apoios a conceder e às políticas sociais a implementar;*
5. *Bairros Sociais sem os apoios suficientes para a conclusão das obras em curso bem com outros equipamentos sociais que, precisando de urgente manutenção, não tem dotação neste orçamento;*
6. *O Porto da Praia da Vitória, sendo estratégico para a Ilha terceira, deve merecer melhor atenção do Governo Regional que continua sem uma decisão clara quanto ao seu futuro;*
7. *Finalmente os conselheiros entendem que deve a "Terceira Tech Island" ser considerado um projeto de extrema importância para a Ilha Terceira pelo que o seu funcionamento deve ser garantido."*

Postas à votação as propostas de comunicado, **a segunda proposta, foi aprovada por unanimidade.**

Desejando um bom dia a todos os participantes. Deu por terminada a reunião eram onze horas e quinze minutos, da qual se elaborou a presente ata que por ele vai ser assinada.

_____